

**Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste***Effects of the Covid-19 crisis on the Northeast labor market*Joacir Rufino de Aquino¹Carlos Alves do Nascimento²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste. O estudo foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e da sistematização de indicadores estatísticos disponíveis até o mês de maio de 2020. Constata-se que as medidas de isolamento social adotadas para combater a evolução da pandemia do coronavírus impactaram na queda de ocupações formais e no aprofundamento da precarização do mercado de trabalho regional. A situação tem sido contrabalançada no curto prazo pela política de seguro desemprego e pelas políticas de transferências de renda, especialmente o Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Tais medidas, apesar de sua importância, são insuficientes, exigindo a retomada equilibrada das atividades econômicas, bem como o fortalecimento da articulação coletiva dos trabalhadores e dos entes federados em defesa de uma ampla estratégia governamental de geração de emprego e renda na região.

Palavras-Chave: Covid-19. Desemprego. Emprego. Informalidade. Precarização.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the effects of the Covid-19 crisis on the labor market in the Northeast. The study was elaborated from the bibliographic research and the systematization of available statistical indicators until the month of May 2020. It appears that the social isolation measures to combat the evolution of the coronavirus pandemic impacted the fall in formal occupations and the deepening precariousness of the regional labor market. The situation has been offset in the short term by the unemployment insurance policy and the income transfer policies, especially the Bolsa Família Program and Emergency Aid. Such measures, despite their importance, are insufficient, requiring a balanced resumption of economic activities, as well as strengthening the collective articulation of workers and federated entities in defense of a broad government strategy for generating employment and income in the region.

Keywords: Covid-19. Unemployment. Employment. Informality. Precariousness.

¹ Economista. Mestre em Economia Rural e Regional (UFCG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br.

² Economista. Doutor em Economia Aplicada (UNICAMP). Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: carlos.nascimento@ufu.br.

Introdução

O presente artigo objetiva fazer um breve balanço da dinâmica do mercado de trabalho nordestino antes e durante a crise da Covid-19 que atingiu o país e a região, visando fornecer subsídios para o debate crítico relativo ao tema. Para tanto, buscou-se estabelecer comparações com a realidade nacional a fim de captar possíveis tendências estruturais identificadas por estudos recentes.

Em linhas gerais, argumenta-se que a crise enfrentada pela economia brasileira a partir de 2015 impactou fortemente na economia nordestina, impulsionando um processo de desestruturação e precarização do mercado de trabalho local. Nesse sentido, os efeitos econômicos causados pelas medidas de isolamento social, adotadas para enfrentar a pandemia do coronavírus, atuam no sentido de acelerar esse quadro de precarização, apenas amortecido parcialmente pelas políticas de transferência condicionada de renda e emergenciais.

A análise empreendida foi desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e da discussão de indicadores estatísticos coletados em órgãos oficiais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Escritório Técnico de Estudos Socioeconômicos do Nordeste (ETENE), o Ministério da Economia (ME), entre outras fontes.

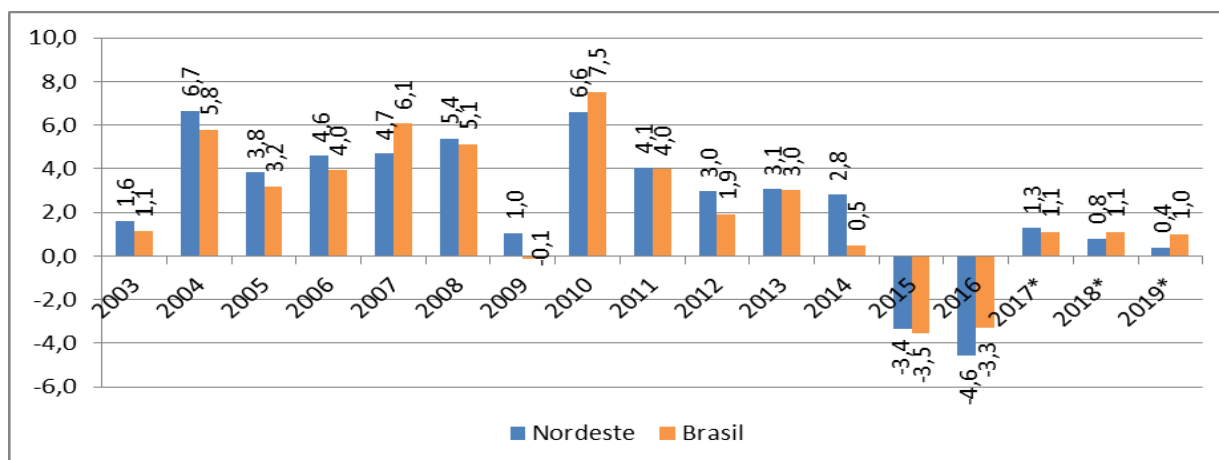
A estrutura do trabalho está organizada em mais três seções, além dessa Introdução. Primeiramente, examinam-se alguns aspectos da evolução da economia e do mercado de trabalho do Nordeste antes de 2020. Em seguida, discutem-se os efeitos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho regional a partir da base de dados organizada na pesquisa. Finalmente, na última parte, são tecidas considerações gerais em relação aos desafios e as perspectivas do contexto retratado.

A economia e o mercado de trabalho do Nordeste antes da crise do coronavírus

O Nordeste brasileiro vivenciou mudanças socioeconômicas significativas no começo do século XXI. O bom dinamismo econômico nordestino a partir de meados dos anos 2000 foi impulsionado pela elevação da renda das famílias, pelo avanço dos programas sociais, do crédito e pela atração de um importante bloco de investimentos produtivos e de infraestrutura básica. Como resultado da combinação desses fatores, decorrentes da ação desenvolvimentista do Estado nacional, a Região apresentou um desempenho acima da média do Brasil até entrar, a partir de 2015, em uma fase de crise e estagnação econômica (ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014; LEÃO, 2019; TROVÃO; ARAÚJO, 2019).

A evolução da economia nordestina nas duas primeiras décadas dos anos 2000 pode ser melhor compreendida quando se analisa a sua situação em termos de taxa de variação do PIB. Nesse sentido, o Gráfico 1 destaca que as taxas de crescimento da produção de riqueza na região oscilaram bastante entre 2003 e 2014, mas sempre foram positivas variando de 1,0% a pouco mais de 6,0%. No entanto, a partir de 2015, seguindo a tendência nacional, o quadro se inverte e a economia regional passa a apresentar taxas de crescimento do PIB negativas e extremamente baixas.

Gráfico 1 – Taxa real de crescimento do PIB do Nordeste e do Brasil, 2003 a 2019 (Em %)



Fonte: IBGE (vários anos).

Nota: Dados elaborados pelo ETENE/BNB (2019) e corrigidos pelo IPCA. O asterisco (*) nos anos de 2017, 2018 e 2019 indica estimativas ou projeções.

Com efeito, é importante ressaltar que a dinâmica do mercado de trabalho do Nordeste acompanhou os movimentos gerais da economia apresentados no Gráfico 1. Na fase de expansão, de 2004 a 2014, a região registrou um crescimento excepcional nos seus níveis de emprego formal, com queda da informalidade e melhoria das relações de trabalho acima da média brasileira. Além disso, com a recuperação do valor real do salário mínimo no período, a renda dos trabalhadores aumentou contribuindo para melhorar as condições de vida da população (GUIMARÃES NETO, 2014; TROVÃO; ARAÚJO, 2019).

Contudo, o cenário de crise e estagnação verificado a partir de 2015 impactou diretamente no mercado de trabalho, invertendo a tendência socialmente inclusiva da fase anterior, provocando queda do emprego formal, aumento do desemprego, da informalidade e da subutilização da força de trabalho (TROVÃO; ARAÚJO, 2019). Este quadro de precarização do mercado de trabalho vem se aprofundando nos últimos anos, ganhando contornos mais graves com as medidas de ajuste fiscal e a rodada de reformas contra os direitos trabalhistas implementadas pelo governo federal a partir de 2019 (AMORIM, 2020; BASTOS *et al.*, 2020; MATTEI; HEINEN, 2020).

Para ilustrar o argumento anterior, a Tabela 1 mostra a evolução trimestral de indicadores do mercado de trabalho, do Brasil e do Nordeste, no ano de 2019. Chama atenção o fato de que, enquanto o Nordeste abrigava apenas 23,5% da População Economicamente Ativa (PEA) nacional, todos os demais indicadores eram superiores a esse percentual (a população ocupada é a única exceção). Ou seja, não obstante essa participação da PEA nordestina na PEA brasileira, a região detinha em relação ao conjunto das respectivas congêneres nacionais, 40,0% dos trabalhadores subocupados, 50,0% da força de trabalho potencial e por volta de 61,0% dos trabalhadores desempregados em desalento.

Adicionalmente a essas informações preocupantes, a Tabela 1 também revela que, no Nordeste, a participação relativa da população *subocupada*³ no total da força de trabalho, e a participação relativa da

³ Subocupação por trabalhar com horas insuficientes de trabalho semanal.

população não ocupada por *desalento*⁴ no total da população fora da força de trabalho, eram praticamente o dobro das respectivas medidas relativas ao Brasil, em todos os trimestres de 2019.

Tabela 1 – Indicadores do mercado de trabalho nordestino e brasileiro: população em idade para trabalhar (14 anos ou mais), 2019 (Estimativas dos trimestres em milhares e em %)

INDICADORES (População com 14 anos ou mais)	NORDESTE						BRASIL			
	Jan/Fev/ Mar (A)	Abr/Mai/ Jun	Jul/Ago/ Set	Out/Nov/ Dez (A*)	NE/Brasil (%)	NE/Brasil (%)	Jan/Fev/ Mar (B)	Abr/Mai/ Jun	Jul/Ago/ Set	Out/Nov/ Dez (B*)
					(A)/(B)	(A*)/(B*)				
Em Milhares										
NA FORÇA DE TRABALHO (PEA)	24.752	24.925	24.938	24.934	23,5	23,5	105.250	106.108	106.316	106.184
População Ocupada	20.975	21.286	21.336	21.551	22,8	22,8	91.863	93.342	93.801	94.552
Subocupadas (horas insuficientes)	2.749	2.875	2.778	2.716	40,6	40,0	6.768	7.355	7.044	6.792
População Desocupada	3.777	3.639	3.602	3.383	28,2	29,1	13.387	12.766	12.515	11.632
FORA DA FORÇA DE TRABALHO	20.703	20.638	20.648	20.812	31,7	31,8	65.250	64.756	64.843	65.429
Força de trabalho potencial	4.057	4.069	3.963	3.915	49,7	50,6	8.169	8.284	7.895	7.735
Desalentada	2.927	2.919	2.934	2.869	60,4	62,1	4.843	4.877	4.703	4.620
Fora da força de trabalho potencial	16.646	16.569	16.685	16.897	29,2	29,3	57.081	56.472	56.948	57.694
Participação Relativa (Em %)										
NA FORÇA DE TRABALHO (PEA)	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0
População Ocupada	84,7	85,4	85,6	86,4	-	-	87,3	88,0	88,2	89,0
Subocupadas (horas insuficientes)	11,1	11,5	11,1	10,9	-	-	6,4	6,9	6,6	6,4
População Desocupada	15,3	14,6	14,4	13,6	-	-	12,7	12,0	11,8	11,0
FORA DA FORÇA DE TRABALHO	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0
Força de trabalho potencial	19,6	19,7	19,2	18,8	-	-	12,5	12,8	12,2	11,8
Desalentada	14,1	14,1	14,2	13,8	-	-	7,4	7,5	7,3	7,1
Fora da força de trabalho potencial	80,4	80,3	80,8	81,2	-	-	87,5	87,2	87,8	88,2

Fonte: Adaptado dos resultados da PNAD Contínua (IBGE, 2019). Elaboração própria.

Ao final da segunda década do século XXI, portanto, o Nordeste enfrentava um período de estagnação econômica com repercussões extremamente negativas sobre a dinâmica do seu mercado de trabalho.

De fato, como foi demonstrado resumidamente aqui, até 2019, o mercado de trabalho nordestino já experimentava um quadro de certa forma estrutural, porque recorrente, de elevadas taxas de desocupação, subocupação e desalento, agravado pelo processo de alteração das leis trabalhistas brasileiras, que reduziram o grau de proteção da força de trabalho nesse mercado. Essas informações demonstram o nível elevado de fragilização da classe trabalhadora nordestina, comparado ao conjunto de seus pares nacionais, o qual era a realidade factual anterior ao surgimento da Covid-19, que veio agravar ainda mais a situação apresentada.

A crise da Covid-19 e o aprofundamento da precarização do mercado de trabalho nordestino

No início de 2020, apesar da instabilidade do quadro político do Brasil, as perspectivas para economia do Nordeste eram parcialmente otimistas e seguiam o cenário do país (TINOCO, 2020). Na verdade, embora não se esperasse uma recuperação nos níveis pré-2015, os sinais pareciam ser promissores nos três setores da economia: agropecuária, indústria, comércio e serviços. O ETENE/BNB (2019), por exemplo, havia projetado uma taxa de crescimento para a região no corrente ano de 2,4%,

⁴ Desalento: não procurou trabalho, por motivos variados, mas está disponível para trabalhar.

ligeiramente acima da média brasileira (2,3%). Mas tudo mudou com a crise do coronavírus que abalou fortemente a economia mundial, nacional e regional a partir da segunda quinzena do mês de março (BASTOS *et al.*, 2020; COFECON, 2020).

No caso nordestino, as medidas de isolamento social, adotadas para enfrentar a crise sanitária causada pela proliferação da Covid-19, atingem todos os setores produtivos, especialmente os segmentos de comércio e serviços que, segundo Leão (2019), respondem por mais de 70,0% do PIB da região. A retração das atividades econômicas, devido ao fechamento total ou parcial dos empreendimentos, resultará na queda da demanda por mão-de-obra, mantendo e aprofundando a precarização do mercado de trabalho local, conforme evidenciam os dados da PNAD, do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do sistema de registro da demanda por seguro-desemprego.

Partindo, inicialmente, da análise dos dados oriundos da PNAD Contínua, complementados pela denominada PNAD-Covid⁵, chama a atenção o fato de que as participações relativas dos diferentes indicadores nordestinos nos totais nacionais, como foi observado na seção anterior, continuaram praticamente as mesmas no tocante ao primeiro trimestre de 2020 (Tabela 2).

Porém, quando observamos os dados da PNAD-Covid⁶ evidencia-se que, enquanto no primeiro trimestre do ano mais da metade (53,8%) da população nordestina com 14 anos ou mais de idade pertencia à força de trabalho (ocupados mais desocupados) e 46,2% encontrava-se fora da força de trabalho, no mês de maio essa distribuição se inverteu, fazendo com que a maioria (53,3%) da população nordestina em idade de trabalhar ficasse fora da força de trabalho⁷. Quanto ao Brasil como um todo, essa inversão não ocorreu, embora, nesse caso, a porcentagem de brasileiros fora da força de trabalho tenha aumentado de 39,0% para 44,4%. Esses resultados podem estar sugerindo que o impacto do isolamento social e do afastamento com desligamento do trabalho pode ter sido maior no Nordeste do que na média do Brasil.

⁵ A PNAD Contínua, em sua periodicidade *mensal* de divulgação das informações relativas à força de trabalho, disponibiliza dados estatísticos apenas para o nível geográfico de Brasil. Assim, para o país como um todo já há informações para o mês de abril e maio, mas para os demais níveis geográficos, como é o caso dos estados e regiões, até a data de redação do artigo, as últimas informações disponíveis eram para o trimestre de janeiro a março de 2020. Entretanto, os números da PNAD-Covid, para o mês de maio, mesmo com metodologia distinta da PNAD Contínua, estavam disponíveis para todos os recortes geográficos, de modo que utilizamos também essa fonte para nossas reflexões.

⁶ Infelizmente, as informações disponibilizadas da PNAD-Covid não contém todos os indicadores da Tabela 2.

⁷ Conforme mostram as duas últimas linhas da parte 1 (um) da Tabela 2 com valores absolutos (em milhares).

Tabela 2 – Indicadores do mercado de trabalho nordestino e brasileiro: população em idade para trabalhar (14 anos ou mais), 2020 (Em milhares e em %)

INDICADORES (População com 14 anos ou mais)	NORDESTE		NE/Brasil (%)	NE/Brasil (%)	BRASIL	
	2020				2020	
	Jan/Fev/Mar (A)	Maio (A*)	(A)/(B)	(A*)/(B*)	Jan/Fev/Mar (B)	Maio (B*)
Em Milhares						
NA FORÇA DE TRABALHO (PEA) [C]	24.730	21.214	23,5	22,4	105.073	94.533
População Ocupada	20.881	18.830	22,6	22,3	92.223	84.404
Trabalhando horas suficientes	18.320	-	21,4	-	85.756	-
Subocupadas (horas insuficientes)	2.561	-	39,6	-	6.467	-
População Desocupada	3.849	2.384	30,0	23,5	12.850	10.129
FORA DA FORÇA DE TRABALHO [D]	21.215	24.199	31,5	32,1	67.281	75.360
Força de trabalho potencial	4.104	-	49,4	-	8.303	-
Desalentada (*)	2.902	7.748	60,8	42,0	4.770	18.455
Fora da força de trabalho potencial	17.111	-	29,0	-	58.978	-
Total População (C + D)	45.945	45.413	-	-	172.354	169.893
C / (C + D) (%)	53,8	46,7	-	-	61,0	55,6
D / (C + D) (%)	46,2	53,3	-	-	39,0	44,4
Participação Relativa (Em %)						
NA FORÇA DE TRABALHO (PEA)	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0
População Ocupada	84,4	88,8	-	-	87,8	89,3
Trabalhando horas suficientes	74,1	-	-	-	81,6	-
Subocupadas (horas insuficientes)	10,4	-	-	-	6,2	-
População Desocupada	15,6	11,2	-	-	12,2	10,7
FORA DA FORÇA DE TRABALHO	100,0	100,0	-	-	100,0	100,0
Força de trabalho potencial	19,3	-	-	-	12,3	-
Desalentada (*)	13,7	32,0	-	-	7,1	24,5
Fora da força de trabalho potencial	80,7	-	-	-	87,7	-

Fonte: Adaptado dos resultados da PNAD Contínua (IBGE, 2020a) e, para o mês de maio, PNAD-Covid (IBGE, 2020b). Elaboração própria.

(*) A categoria “Desalentada” corresponde a pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, mas que gostariam de trabalhar na semana anterior à pesquisa.

Outra evidência surpreendente da PNAD-Covid, comparado à PNAD Contínua, contida na Tabela 2, é a de que, primeiro, houve uma queda da taxa de desocupação/desemprego no Nordeste, de 15,6% para 11,2%, e, no Brasil, de 12,2% para 10,7%; e, em segundo lugar, e bem mais expressivo, foi o registro de explosão da participação relativa do desemprego por desalento no total da população fora da força de trabalho: no Nordeste, passou de 13,7% (2,9 milhões) para 32,0% (7,7 milhões), e, no Brasil, de 7,1% para 24,5%⁸.

Do ponto de vista exclusivamente do emprego formal nordestino, incorporando na análise o mês de abril/2020 – primeiro mês cheio⁹ de impacto da pandemia da Covid-19 – e o mês de maio/2020, as informações fornecidas pelo novo CAGED mostram um forte agravamento do saldo (admissões menos demissões) mensal de emprego, com perda de mais de 136 mil postos de trabalho somente no mês abril (saldo com ajuste; Tabela 3).

⁸ O IBGE, todavia, adverte que os resultados da PNAD-Covid devem ser interpretados com cautela porque se trata de uma pesquisa ainda em fase de testes, e, no caso de comparação com a PNAD Contínua, deve-se considerar as diferenças metodológicas entre as duas pesquisas, de modo que os resultados exibidos na Tabela 2 não devem ser comparados de forma direta e com precisão absoluta.

⁹ A Covid-19 iniciou seus efeitos na economia em meados do mês de março de 2020.

Tabela 3 - Evolução mensal do número de admissões, desligamentos e do saldo de emprego formal: Nordeste, 2020 (Série com ajustes, exceto para o mês de maio)

INDICADOR	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Tx Var. %
						(Jan. a Mai.)	(Jan. a Mar.) (A)	(Abr. a Mai.) (B)	(B) / (A)
Admissões (A)	182.306	185.669	167.443	73.214	85.853	694.485	535.418	159.067	-70,3
Demissões (D)	186.099	181.916	229.696	209.284	136.125	943.120	597.711	345.409	-42,2
Saldo (A-D)	-3.793	3.753	-62.253	-136.070	-50.272	-248.635	-62.293	-186.342	199,1

Fonte: Novo CAGED (PDET, 2020b). Elaboração própria.

Com efeito, o saldo acumulado de emprego formal, de janeiro até maio, é de perda de mais de 248 mil postos de trabalho. Considerando apenas os dois meses mais atingidos pela pandemia da Covid-19, abril e maio, a perda acumulada de postos de trabalho formais atingiu a cifra de mais de 186 mil¹⁰. Comparando os dois meses pandêmicos com o trimestre anterior, verifica-se que houve um acirramento da queda do saldo de emprego formal da ordem de 199,1% (Tabela 3).

Diante desse quadro dramático de perda de emprego formal¹¹, era natural esperar o crescimento dos requerimentos de seguro desemprego. Assim sendo, a Tabela 4 mostra duas situações: de um lado, o aumento bastante expressivo da quantidade de solicitações presenciais do seguro-desemprego por parte dos trabalhadores formais nordestinos; e, de outro, um aumento explosivo de solicitações, via internet, do seguro-desemprego. Comparando o total acumulado de requisições nos meses pandêmicos (abril e maio) com o trimestre anterior, observa-se que houve uma fortíssima variação positiva, com aumento de 82,1% no número de requerentes.

Tabela 4 - Quantidade de Requerentes* do Seguro-Desemprego: Nordeste, janeiro a maio - 2020

Tipos de Requisições	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Acumulado	Acumulado	Acumulado	Tx Var. %
						(Jan. a Mai.)	(Jan. a Mar.) (A)	(Abr. a Mai.) (B)	(B) / (A)
Presenciais	89.841	79.488	84.246	125.724	164.995	544.294	253.575	290.719	14,6
Via WEB	6.640	8.315	25.123	110.366	133.726	284.170	40.078	244.092	509,0
TOTAL	96.481	87.803	109.369	236.090	298.721	828.464	293.653	534.811	82,1

Fonte: PDET (2020a). Elaboração própria.

(*) Denomina-se “Requerente” todo o trabalhador que solicita o benefício do Seguro-Desemprego.

Os dados apresentados revelam que, apesar dos impactos negativos da pandemia, os trabalhadores que perderam seus vínculos trabalhistas formais conseguiram abrandar temporariamente os efeitos da situação por meio do recebimento do seguro-desemprego. O problema é que a maioria da

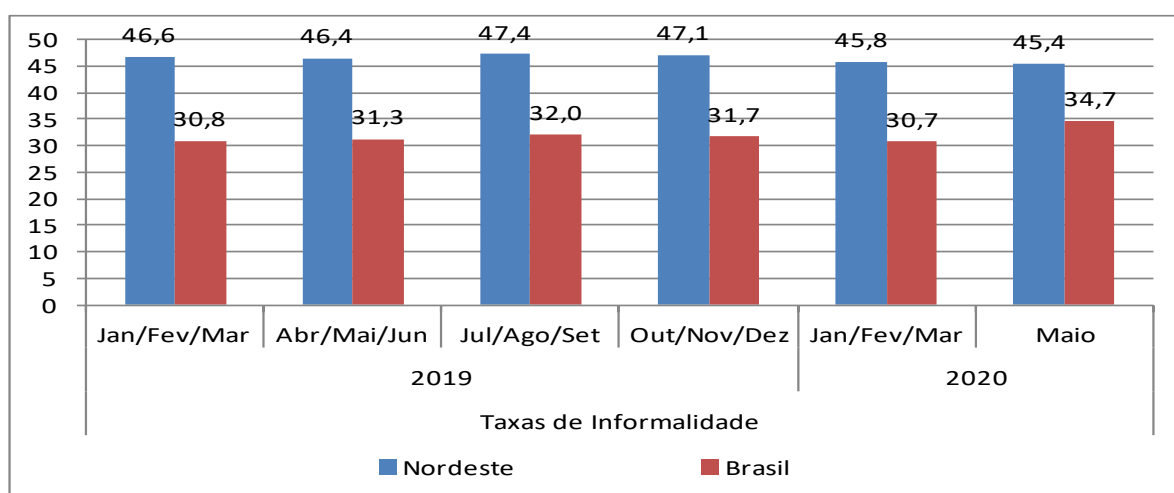
¹⁰As informações relativas ao mês de maio ainda não estão ajustadas porque as declarações pelos empregadores feitas fora do prazo não haviam sido computadas até a conclusão da presente análise.

¹¹Além de outras dimensões críticas do mercado de trabalho nordestino: elevadas taxas de desocupação, subutilização e informalização da força de trabalho; pessoas afastadas do emprego sem remuneração; etc.

população trabalhadora regional não conta com esse tipo de proteção social, uma vez que desenvolvem suas atividades de modo informal, quer trabalhando por conta-própria, quer atuando sem carteira de trabalho assinada ou em unidades empresariais sem registro (GUIMARÃES NETO, 2014; TROVÃO; ARAÚJO, 2019).

De fato, a informalidade é um fenômeno marcante no Nordeste. A esse respeito, o Gráfico 2 apresenta a evolução das taxas de informalidade, comparadas entre Nordeste e Brasil. Nele, pode-se observar que em todos os trimestres (e no mês de maio) a região se destaca com as maiores taxas. No primeiro trimestre de 2020, de acordo com a PNAD Contínua, o Nordeste tinha 3,5 milhões de trabalhadores *empregados* no setor privado sem carteira¹² – ou seja, 31,8% dos empregados informais no setor privado do país. E, embora não apareça no gráfico em foco, importa mencionar também que, do ponto de vista dos nordestinos que trabalham por *conta-própria*, 5,5 milhões não tinham CNPJ, no mesmo período. Ou seja, o Nordeste iniciou a fase crítica da pandemia com um saldo de 9,0 milhões de trabalhadores informais – e se adicionarmos a esse saldo os trabalhadores ocupados em serviços domésticos informais, chega-se a 10,1 milhões.

Gráfico 2 - Taxas de informalidade da força de trabalho (setor privado com SDR*): Brasil e Nordeste, 1º a 4º trimestres de 2019 e 1º trimestre e Maio de 2020



Fonte: Adaptado dos resultados da PNAD Contínua (IBGE, 2019; IBGE, 2020a) e, para o mês de maio, PNAD-Covid (IBGE, 2020b). Elaboração própria.

(*) SDR: serviço doméstico remunerado.

Esse grande contingente de trabalhadores informais nordestinos, fora da proteção das leis trabalhistas e sem renda por conta das medidas de isolamento, passa a depender dos recursos advindos do Programa Bolsa Família (PBF) e do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 criado pelo Governo Federal em abril do corrente ano (AMORIM, 2020; CARVALHO, 2020; MATTEI; HEINEN, 2020). Conforme levantamento do Consórcio Nordeste (2020), tais programas abrangem aproximadamente 10 milhões de famílias nordestinas, que sem a renda recebida através dessas fontes estariam em situação de miséria absoluta e de insegurança alimentar.

¹² Se considerarmos também os trabalhadores domésticos informais, esse contingente sobe para 4,6 milhões de pessoas.

O alto grau de vulnerabilidade e precarização do mercado de trabalho prevalecente no Nordeste indica, assim, que a política de proteção social precisa ser mantida e fortalecida para evitar uma crise social de largas proporções na região. Mesmo com a reabertura da economia, o cenário é extremamente incerto e a tendência de retração econômica poderá ser muito superior aos indicadores verificados em 2015-16. Esse cenário desfavorável é especialmente preocupante, considerando os limites das finanças públicas dos estados nordestinos e a orientação contracionista da política macroeconômica do governo federal, que, se não for revertida, poderá agravar os efeitos da crise sobre a já combatida economia regional.

Nesse sentido, vale a pena observar o alerta de Bastos *et al.* (2020) acerca dos impactos da pandemia sobre a economia brasileira. Isso porque, entre todos os países por eles analisados, o Brasil foi o que sofreu o maior impacto negativo da pandemia sobre sua estrutura produtiva. Além disso, e ainda mais preocupante, é que, mesmo que haja um enfrentamento bem-sucedido da crise sanitária nos próximos meses, as perspectivas de recuperação do PIB também não são animadoras por conta das medidas de política econômica adotadas. Portanto, se a hipótese dos referidos autores estiver correta, significa que o futuro da economia e do mercado de trabalho brasileiro e nordestino não é promissor, na ausência de mudanças nos rumos da intervenção estatal.

Considerações Finais

A economia nordestina cresceu a taxas expressivas no período de 2004 a 2014. Esse crescimento foi puxado pelo aumento da demanda agregada e as políticas sociais, impactando positivamente nos indicadores do mercado de trabalho e na melhoria da renda dos trabalhadores. Porém, a crise e estagnação econômica a partir de 2015 iniciou um processo de desestruturação do mercado de trabalho piorado pelas políticas reformistas do Estado brasileiro desde 2016. A crise da Covid-19, por sua vez, a um só tempo desnudou e potencializou a deterioração do mercado de trabalho nordestino, em um ritmo acelerado acima da média do Brasil.

O ano de 2020 iniciou-se com um persistente quadro, herdado do período pós-2015, de deterioração das condições do mercado de trabalho no Brasil em geral e mais nitidamente no Nordeste, resultando em elevadas taxas de desemprego formal e de informalidade. Essa situação tem sido contrabalançada no curto prazo pela política de seguro desemprego e pelas políticas de transferências de renda, especialmente o Programa Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

Tais medidas, apesar de sua importância, são insuficientes, exigindo a retomada equilibrada das atividades econômicas, bem como o fortalecimento de uma ampla estratégia governamental de geração de emprego e renda na região.

O problema é que a orientação da política econômica federal até o momento caminha na contramão desse processo e os estados nordestinos estão financeiramente debilitados. Nessa quadratura, urge resgatar a ideia de planejamento estatal de longo prazo e ampliar a articulação coletiva dos trabalhadores e dos entes federados no Consórcio Nordeste para defender o revigoramento da política de desenvolvimento regional sob pena de retrocessos sociais acelerados na região nos próximos anos. Se esses ou outros rumos serão seguidos, bem como seus resultados, é algo que somente novas pesquisas sobre o tema poderão revelar.

Referências

- AMORIM, W. A. C. Mercado de trabalho no Brasil: antes, durante... e depois?. **Informações Fipe/USP**. São Paulo, p. 7-13, abr. 2020.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. *et al.* (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.
- BASTOS, P. P. Z. *et al.* **O impacto econômico da pandemia da Covid-19 e a contração do PIB no primeiro trimestre de 2020**: não é culpa da política de saúde pública. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, Nota do CECON, n. 14, maio 2020. 9p. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_14_PIB_corona.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.
- CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD Covid-19. **Carta de Conjuntura (IPEA)**. Brasília, n. 48, p. 1-18, abr./maio/jun. 2020.
- COFECON. **Pandemia e desigualdades regionais**: nota técnica da Comissão de Desenvolvimento Regional do Conselho Federal de Economia aprovada em plenária. CDR: COFECON, 15/06/2020.
- CONSÓRCIO NORDESTE. **Comitê Científico recomenda aumento das medidas de isolamento e lockdown, reforço na criação de Brigadas Emergenciais de Saúde, testagem para Covid-19 e Dengue**. BOLETIM N° 07, 21 maio 2020. 7p. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1vIMq3jqRzxmzyYgi9FTJRWsIpkTDe5-n/view>>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- ETENE/BNB. **Conjuntura estadual**. Fortaleza: BNB, ano I, n. 8, nov.2019. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica>>.
- GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste, 2000-2010: avanços e desafios. In: GUIMARÃES, P. F. *et al.* (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 420-452.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: 1°, 2°, 3° e 4° trimestres de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=27704&t=destaques>>.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: 1° trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques>>.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Covid**: maio de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?edicao=27964&t=destaques>>.
- LEÃO, H. C. R. S. Desempenho da economia regional: 2002 a 2016. **BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial**. Fortaleza: BNB-ETENE, p. 77-90, 2019.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. **Impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro**. Santa Catarina: NECAT/USC, 2020. (Texto p/ Discussão N° 38).

PDET, Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. **Estatísticas do Seguro-Desemprego**: janeiro a maio de 2020. [S.l.], 2020a. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/component/content/article?id=1776>>.

PDET, Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. **Novo CAGED**: janeiro a maio de 2020. [S.l.], 2020b. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default>>.

TINOCO, G. O que esperar de 2020? **Informações Fipe/USP**. São Paulo, p. 34-35, jan. 2020.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 23-45, jan./mar. 2019.

Recebido em: junho de 2020
Aprovado em: julho de 2020